

L E I Nº 1.683/90

Data: 12 de julho de 1990

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as Metas e Prioridades da administração pública municipal para a elaboração dos orçamentos relativos ao exercício financeiro de 1991.

Art. 2º - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, constantes no Capítulo IV da presente Lei.

Art. 3º - As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município, terão as suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividades e rendimentos.

Art. 4º - A manutenção de atividades, bem como a conservação e recuperação de bens públicos, terão prioridades sobre as ações de expansão e novas obras.

Art. 5º - Os projetos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos, especialmente aqueles que exijam contrapartida do Município.

Art. 6º - Serão assegurados os recursos necessários para as despesas de capital, em consonância com as atividades e projetos orçamentários relacionados com as metas e prioridades estabelecidas nesta Lei.

Art. 7º - As alterações na política de pessoal e respectivas despesas obedecerão às disposições constantes do Capítulo VI da presente Lei.

MUNICIPAL

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º - Na fixação das despesas serão observadas a prioridades e metas assim delineadas:

PRIORIDADES:

1º) LEGISLATIVA

2º) ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

3º) AGRICULTURA

4º) HABITAÇÃO E URBANISMO

5º) TRANSPORTE

6º) EDUCAÇÃO E CULTURA

7º) SAÚDE E SANEAMENTO

METAS:

LEGISLATIVA:

Dar cumprimento ao disposto nos artigos da Lei Orgânica do Município, dar continuidade e aperfeiçoar o processo legislativo para atendimento às matérias de competência municipal.

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

a) Executivo Municipal: Despesas com vencimentos e vantagens fixas, material de consumo, outros serviços e encargos, aquisição de veículos, aquisição de imóveis, obtenção de recursos para financiamento e/ou antecipação de receitas, oferecendo em garantia recursos do ICMS e/ou do F.P.M. Assessoramento Jurídico.

b) Departamento Administrativo: Despesas com vencimentos e vantagens fixas, material de consumo, outros serviços e encargos, despesas de exercícios anteriores, segurança pública municipal, TG -05-013, convênio com a EMATER.

Despesas de Capital: aquisição de equipamentos e material permanente, aquisição de um computador/e acessórios.

Obras e Instalações: construção de Quartel/Dependências para a Polícia Militar.

Inversões Financeiras: aquisição de terreno para implantação de parque industrial.

Transferências às pessoas: despesas com inativos, pensionistas, salário família e PASEP, Obrigações Patronais.

c) Departamento da Fazenda: Despesas com vencimentos e vantagens fixas, material de consumo, outros serviços e encargos, Encargos da Dívida Interna.

Despesas de Capital: aquisição de equipamentos e material permanente.

Transferências de Capital: Amortização da Dívida Interna.

AGRICULTURA

d) Departamento de Obras e Serviços Urbanos:

Manutenção do Matadouro Municipal

Implantação de Micro-Bacias

Construção de Abastecedouros Comunitários

Diretoria: Despesas com vencimentos e vantagens fixas, material de consumo, outros serviços e encargos, despesas de exercícios anteriores.

Despesas de Capital: aquisição de equipamentos e material permanente.

Divisão de Obras: Despesas com vencimentos e vantagens fixas, material de consumo, outros serviços e encargos.

Despesas de Capital-Obras e Instalações: Construção de um Centro Cultural, construção de um Centro Pólo Esportivo, construção de um Paço Municipal e aquisição de equipamentos e material permanente.

HABITAÇÃO E URBANISMO

Aquisição de áreas para lotes urbanizados.

Construção de casas populares, inclusive pelo projeto mutirão e Centros Comunitários.

Limpeza Pública: Despesas com vencimentos e vantagens fixas, material de consumo, outros serviços e encargos.

Despesas de Capital: Obras e Instalações – Construção de uma Usina de Processamento de Lixo, aquisição de equipamentos e materiais permanente.

Iluminação Pública: Despesas com material de consumo e outros serviços e encargos, ampliação e modernização da rede de energia elétrica da cidade.

Logradouros Públicos: Despesas com vencimentos e vantagens fixas, material de consumo, outros serviços e encargos.

Despesas de Capital – Obras e Instalações: construção e recuperação de ruas, avenidas, praças e parques infantis.

Cemitério Municipal: Despesas com vencimentos e vantagens fixas, material de consumo, outros serviços e encargos.

Despesas de Capital: Obras e Instalações.

Construção de uma Câmara Mortuária, e ampliação da área do cemitério municipal.

TRANSPORTE

Divisão de Serviço Rodoviário Municipal: Despesas com vencimentos e vantagens fixas, material de consumo, outros serviços e encargos.

Despesas de Capital: equipamentos e material permanente: Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos, inclusive pelo sistema de consórcio.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Diretoria: Despesas com vencimentos e vantagens fixas, material de consumo, outros serviços e encargos, contribuições correntes; transferências às pessoas: Bolsa de Estudos e auxílio financeiro para custeio de transporte dos estudantes universitários de Bandeirantes.

Despesas de Capital: Aquisição de Equipamentos e material permanente.

Divisão de Educação: Despesas com vencimentos e vantagens fixas, material de consumo, outros serviços e encargos.

Despesas de Capital: Obras e Instalações – construção de duas escolas municipais, e aquisição de equipamentos e material permanente.

SAÚDE E SANEAMENTO:

Diretoria: Despesas com vencimentos e vantagens fixas, material de consumo, outros serviços e encargos.

Convênio com o Ministério da Infraestrutura ou equivalente, para execução de serviços de dragagem na Bacia do Rio das Antas, neste Município.

Transferências às Instituições Privadas: Subvenções Sociais às Instituições Privadas.

Despesas de Capital: Aquisição de equipamentos e material permanente: Aquisição de um trailer, equipamento móvel com gabinete odonto-médico e aquisição de uma ambulância.

Obras e Instalações: Construção de Pronto-Socorro Municipal e Postos de Saúde nas Vilas e Bairros do Município.

Serviço Social: Despesas com vencimentos e vantagens fixas, material de consumo, outros serviços e encargos, outras transferências às pessoas.

Despesas de Capital: Obras e Instalações: Equipamentos e Materiais Permanente.

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – S.A.A.E.

SAÚDE E SANEAMENTO – Produção e Distribuição de água e coleta de esgoto sanitário.

METAS: Abastecimento de água:

- Manutenção da malha distribuidora de água

Água

- Manutenção de captação de água do Rio Cinzas
- Manutenção e ampliação da Estação de Tratamento de

Sistema de Esgoto

- Ampliação e Manutenção da rede existente

DESPESAS DE CAPITAL

- Construção de rede adutora e distribuidora de água em logradouro público desprovida de abastecimento.

- Construção de redes coletora e ramais de esgoto sanitário em logradouros desprovidos de tais serviços.

- Construções de Reservatórios metálicos com capacidade de 200 m³.

- Perfuração de poço artesiano no Jardim Lago Paraíso.

- Perfuração de poço artesiano na Vila IBC.

- Construção de posto de transformação no Jardim Lago Paraíso.

- Construção de Estação de tratamento de esgoto.

DESPESAS CORRENTES

Administração do Serviço em Geral

- Pagamento de pessoal, aquisição de material para reparos e manutenção, expediente, de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos.

- Alteração da Legislação e despesas com pessoal.

- Abertura de concursos públicos com a abertura de até:

02 vagas para serventes;

02 vagas para encanadores;

02 vagas para leituristas

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 9º - O Orçamento Municipal compreenderá as receitas da administração direta, indireta, fundo e fundação instituídos e mantidos pelo Município, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos na sua elaboração os princípios da anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio e exclusividade.

Art. 10 – A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo, deverá ser elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo para compor o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, até 30 dias antes do seu encaminhamento ao Legislativo.

Art. 11 – Na elaboração do Orçamento Geral do Município serão observados as diretrizes específicas de que trata esta Lei.

Art. 12 – As despesas com pessoal e encargos sociais, não poderão exceder o limite estabelecido no artigo 38, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal do Brasil e no artigo 187 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 13 – As despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, observarão no mínimo o limite fixado no artigo 212 da Constituição Federal do Brasil.

Art. 14 – Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas com custeio administrativo, operacional e precatórios judiciais, bem como a contrapartida de programas financiados e aprovados por lei municipal.

Art. 15 – Na fixação das despesas serão observadas as prioridades e metas determinadas no artigo 8º desta Lei, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.

CAPÍTULO IV

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 16 – O Município fica obrigado a rever e a atualizar a sua legislação tributária para o exercício de 1991, o que será objeto de Lei a ser enviado à Câmara Municipal, até quatro meses antes do encerramento do exercício de 1990, dispondo sobre:

I – revisão do Imposto Predial e Territorial Urbano, buscando atualizar as alíquotas aplicáveis, a planta genérica de valores e as normas concernentes ao cadastro técnico fiscal;

II – o cálculo para lançamento, cobrança e recolhimento da contribuição de melhoria.

Art. 17 – O Projeto de Lei Orçamentária poderá apresentar programas de despesas à conta de receitas decorrentes das alterações da legislação tributária, encaminhadas à Câmara Municipal na forma do “caput” do artigo 16, desta Lei.

CAPÍTULO V

DAS ALTERAÇÕES DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 18 – Fica o Poder Executivo autorizado a ampliar o quadro do magistério municipal com abertura de concurso público para até 180 vagas inclusive serventes e zeladoras.

Para os Departamentos: Administrativo, Fazenda, Obras e Serviços Urbanos e Saúde:

10 vagas para escrivães

10 vagas para motoristas

30 vagas para serviços variáveis

Art. 19 – Ficam os poderes Legislativo e Executivo autorizados a proceder a atualização dos vencimentos e vantagens do quadro próprio de pessoal, os reajustes salariais não poderão ser inferiores à inflação, podendo haver livre negociação entre Prefeito e Servidores Municipais.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 – Não se admitirão emendas ao Projeto de Lei Orçamentária que vise conceder dotação para legislação ou funcionamento de órgão que não esteja legalmente constituído.

Art. 21 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 12 de julho de 1990.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal